

**MEC anuncia nova legislação**

**Docentes provisórios passam a efectivos**

O GABINETE do ministro da Educação anunciou, ontem, que será brevemente publicada legislação que permitirá aos docentes com habilitação própria, dos ensinos preparatório e secundário, o provimento em efectivos provisórios.

Esta decisão foi também anunciada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores (FNSP), afecta à UGT, que afirmou, após uma reunião com o ministro da Educação, conforme o DN noticiou, ter chegado a «um acordo de princípio, que levará à efectivação dos professores com habilitação própria, que possuam dois anos de serviço».

Dos cerca de 15 mil professores provisórios, com habilitação própria, colocados na primeira fase do Concurso, apenas três mil obtiveram, no ano passado, efectivação provisória.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof), afecta à CGTP-IN, considera, por seu turno, que «só mediante a negociação de legislação efectivamente correcta» os professores poderão concordar com aquela decisão.

A Fenprof recorda que, em 1985, o ministro «com o aplauso dos mesmos parceiros (a FNSP/UGT) prometia a estabilidade para todos os professores provisórios».

«Depois, tanto o Decreto-Lei 150/85 como a legislação sobre concursos desmentiu em toda a linha essas intenções», acrescenta a Fenprof.

A secretária-geral da FNSP, Manuela Teixeira, considerou que a garantia de efectivação para 15 mil professores dos ensinos preparatório e secundário e a possibilidade de os professores em formação concorrerem a efectivos foi uma das conclusões da reunião que a FNSP teve com o ministro.

Na reunião, a FSNP afirma ter reivindicado o acesso à sexta

fase para os professores que se aposentaram e a resolução urgente da situação salarial dos delegados escolares.

A FNSP informou, também, ter sido acordada com o ministro a revisão da lei, com o objectivo de facultar aos professores em formação a possibilidade de concurso no próximo ano.

O ministro João de Deus Pinheiro comprometeu-se, também, perante a FNSP, a reunir com o conselho consultivo para a formação de professores, na próxima semana, na perspectiva de melhorar o sistema de formação em vigor.

**Fenprof prossegue luta**

Para a Fenprof, as intenções manifestadas pelo ministro «são uma tentativa, ainda que insuficiente, de responder a algumas, poucas, das justas reivindicações que os professores e educadores de todos os graus de ensino vêm fazendo».

A Fenprof destaca, a título de exemplo, que, em relação à definição das carreiras docentes, «questão que é de negociação e resolução urgentíssima, nem uma palavra é dita».

Relativamente à opinião expressa pelo ministro, de que a Fenprof «não tem apresentado propostas alternativas fundamentadas para negociação», a Federação considera tratar-se de «uma grave inverdade e que, se o ministro dissesse o contrário, não mentiria».

A Fenprof, que marcou uma greve nacional para fins de Março, afirma «ir prosseguir a luta pela plena concretização das intenções agora expressas e pela negociação de todas as outras reivindicações».

A Fenprof afirma, a concluir, que, entre as medidas anunciadas, algumas há que só mediante a negociação de legislação efectivamente correcta poderão vir a merecer a adesão dos professores.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Pd Arca - Professores

JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----